



mercado
Livre®

**Marco Civil
da Internet**

Laura Fragomeni





O MercadoLivre

A franca expansão da internet

Inexistência de Legislação

Projeto de Lei 2126/2011-

Responsabilidade de terceiros

Considerações Finais

O MercadoLivre

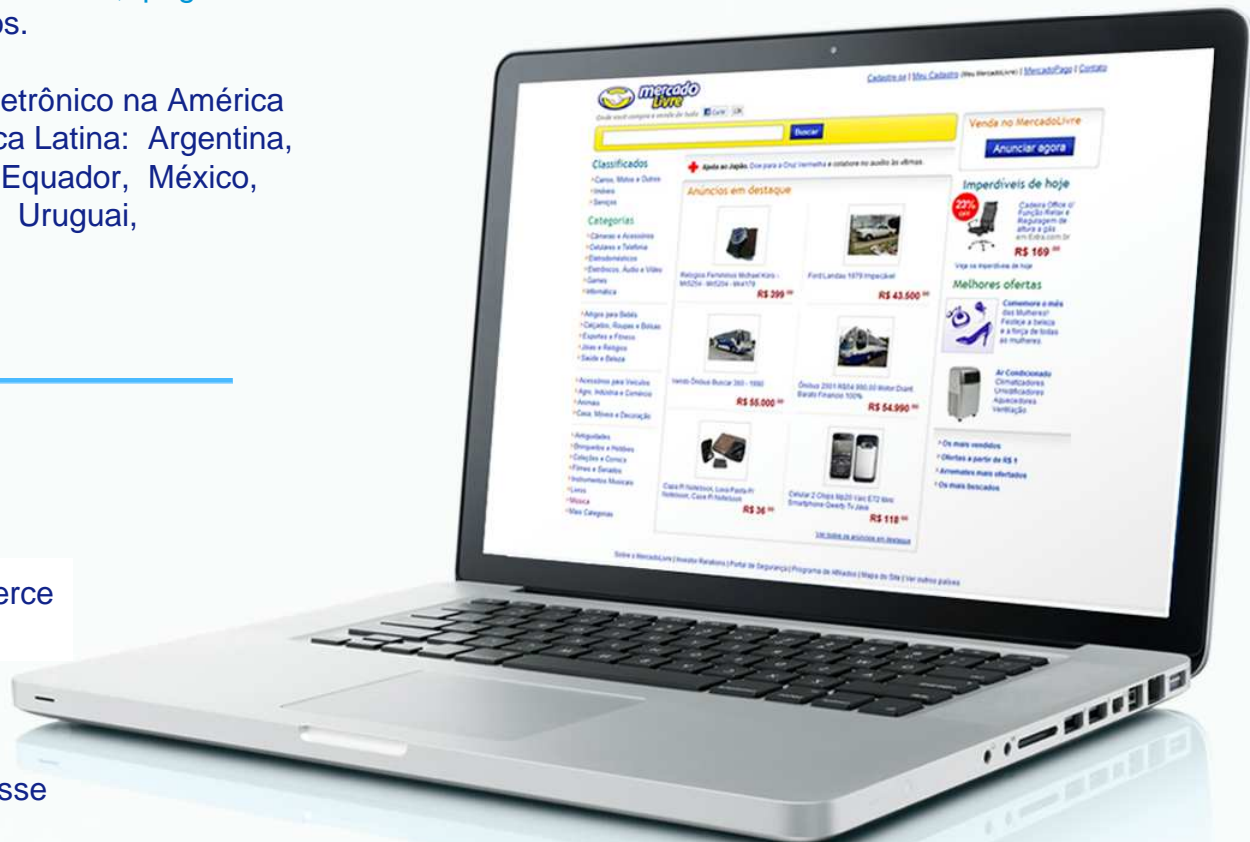
Quem somos



O MercadoLivre é uma empresa de tecnologia que oferece uma plataforma completa de comércio eletrônico para que pessoas e empresas possam **comprar**, **vender**, **pagar** e **anunciar** na Internet produtos e serviços.

O MercadoLivre é **líder** em comércio eletrônico na América Latina e opera em **12 países** da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, e Venezuela.

- ✓ Mais de **1,5 MIL** funcionários
- ✓ Figura entre os **8 sites** de e-commerce mais visitados do mundo
- ✓ Uma das **27** consideradas “Grandes Marcas do Futuro” pelo Instituto de Pesquisas do Credit Suisse



O MercadoLivre

Democratizando o acesso ao comércio eletrônico



Segundo pesquisa realizada pela empresa Nielsen Company em 2011:

- O MercadoLivre é a fonte de renda para mais de 134 mil pessoas na América Latina: gera trabalho e renda
- Os vendedores do MercadoLivre geram cerca de 87,5 mil postos de trabalho
- Vendedores preveem aumento de vendas e contratação de 45 mil pessoas em 2012.
- Jovens: possibilidade de conseguir seu primeiro emprego
- Adultos: possibilidade de retornar ao mercado de trabalho





O MercadoLivre

A franca expansão da internet

Inexistência de Legislação

Projeto de Lei 2126/2011

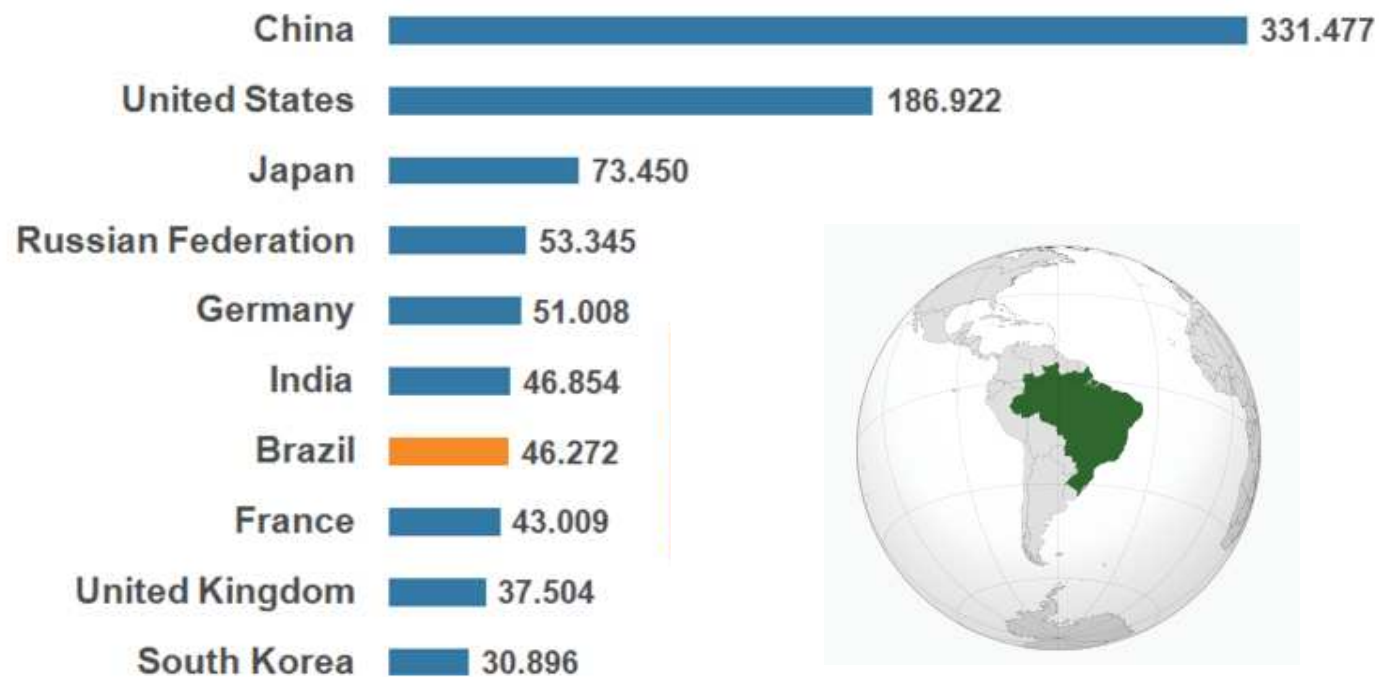
Considerações Finais

A franca expansão da internet

Usuários de internet no Mundo



- O Brasil é o 7º maior país do mundo em número de usuários:

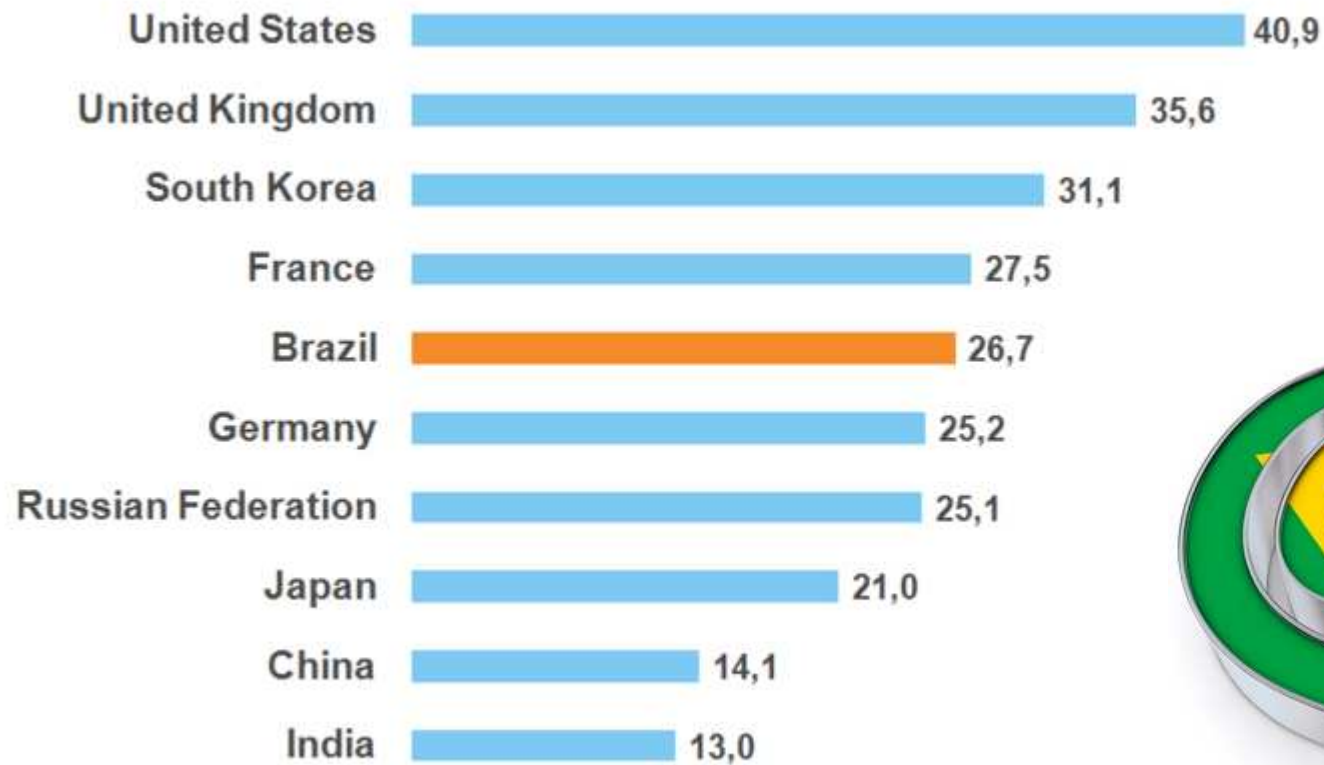


A franca expansão da internet

Mercado Mundial



- O Brasil está entre os 5 maiores mercados Online do mundo:

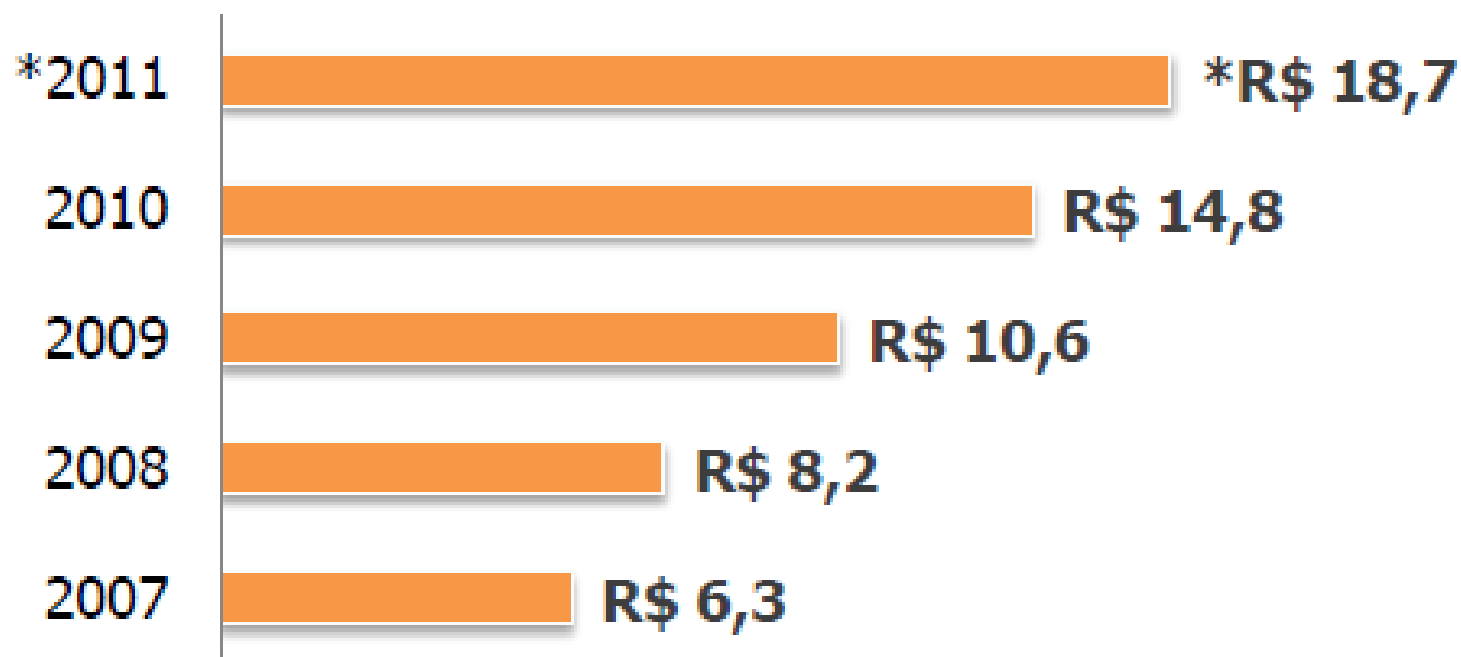


A franca expansão da internet

Projeções de Crescimento do e-commerce



Evolução do faturamento – e-commerce (em bilhões)



Fonte: e-bit Informação (www.ebitempresa.com.br)

* previsão



O MercadoLivre

A franca expansão da internet

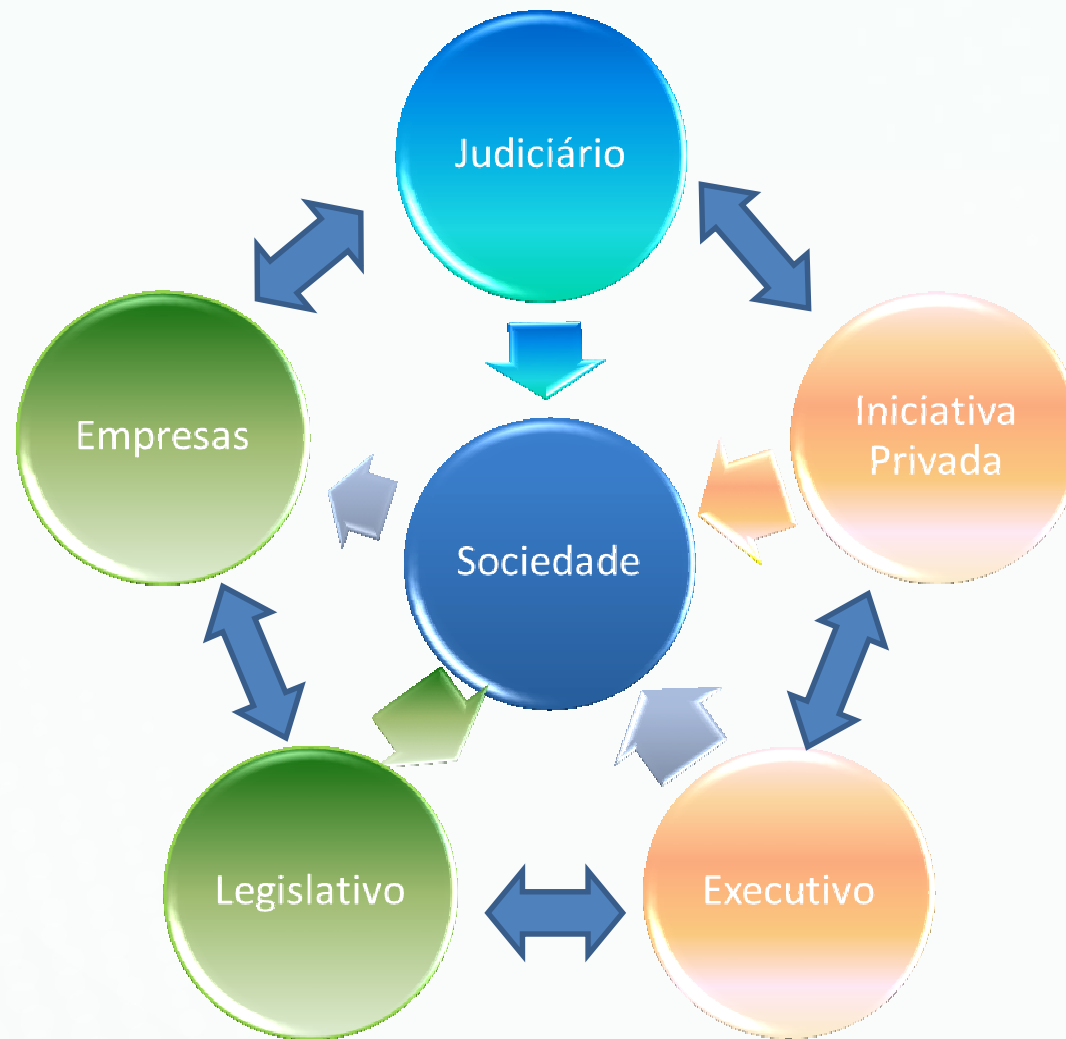
Inexistência de Legislação

Projeto de Lei 2126/2011

Considerações Finais

Inexistência de Legislação

15 anos de acesso à internet pública



- USUÁRIOS

Devo criar este Blog?

Quais os meus direitos na internet?

- NOVOS EMPREENDEDORES

Qual o risco da minha atividade?

Devo criar este site?



•PROVEDORES

Quais os meus direitos na web?

Devo monitorar as atividades dos usuários?

Conteúdo ofensivo ou liberdade de expressão?

•JUDICIÁRIO

Como devo julgar se não há base legal?



Decisões contraditórias



Favorável



- **Jan/2011 – STJ:** Google não pode ser responsabilizada por material publicado em site de relacionamento mantido pela empresa. Decisão da 3ª Turma do STJ ao indeferir pedido de indenização por danos morais a ao pleito de exclusão de “material ofensivo” relacionado ao nome da autora.

Contrária



- **Mar/2011 – TJ/DF:** Google condenado por conteúdo de terceiro em página do Orkut – Condenado a indenizar Faculdade pela veiculação de “conteúdos ofensivos” inseridos por terceiros em páginas do Orkut.



O MercadoLivre

A franca expansão da internet

Inexistência de Legislação

Projeto de Lei 2126/2011

Considerações Finais

- Iniciativa louvável e necessária;
- Projeto amplamente discutido pela sociedade civil;
- Garantia do Estado Democrático de Direito;
- Garantia de segurança jurídica; e
- Exemplo legislativo para América Latina e demais países.



Projeto de Lei 2126/2011

Assuntos abordados



- Lei de cunho principiológico;
- Estabelece direitos dos Cidadãos;
- Parâmetros para regulamentação da Internet no País;
- Definição das garantias às liberdades e proteção aos direitos dos usuários;
- Papel do Estado no desenvolvimento da Internet como ferramenta social;
- Responsabilidades dos diferentes atores que participam do uso da Internet.



Proposta

Os artigos 14 e 15 do Projeto de Lei 2126/2011

Art. 14. O provedor de conexão à Internet **não será responsabilizado** por danos decorrentes de **conteúdo gerado por terceiros**.

Art. 15. Salvo disposição legal em contrário, o provedor de aplicações de Internet **somente poderá ser responsabilizado** por danos decorrentes de **conteúdo gerado por terceiros** se, após **ordem judicial** específica, não tomar as providências para, no âmbito do seu serviço e dentro do prazo assinalado, **tornar indisponível o conteúdo apontado** como infringente.

- Definição clara da responsabilidade civil dos provedores frente ao conteúdo de terceiros;
- Diferenciação e separação dos tipos de provedores (acesso e conteúdo de terceiros, etc);
- Definição de critérios para de proteção do direito constitucional de liberdade de expressão (proporcionalidade);
- Identificação dos riscos do negócio favorecem o empreendedorismo, a geração de empregos, o desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócio.

Projeto de Lei 2126/2011

Por que responsabilizar o provedor somente após descumprimento de decisão judicial?

- Garantia de ampla defesa e devido processo legal – respeito aos princípios constitucionais e proteção do próprio usuário.
 - Todos nós temos direito de defesa e de um julgamento antes de sermos condenados;
 - Direito fundamental do cidadão – garantia de liberdade
 - Decisões sobre o conteúdo cabem ao judiciário, não aos provedores;
 - Impedir o judiciário de agir e transferir o poder decisório para a iniciativa privada seria uma forma de censura.

Projeto de Lei 2126/2011

Por que responsabilizar o provedor somente após descumprimento de decisão judicial?

(2) Assegurar a privacidade do usuário:

- Se as empresas são consideradas responsáveis pelo conteúdo gerado por terceiros – dever de fiscalizar o conteúdo – acabando com o direito a privacidade do usuário.
- Direito fundamental do cidadão
- Não podemos partir do princípio de que o usuário é um criminoso em potencial : isso seria inversão social e da lógica legislativa: traria mais dano. Exs. Não se fala em monitoramento da rede telefônica.

Projeto de Lei 2126/2011

Por que responsabilizar o provedor somente após descumprimento de decisão judicial?

(3) Promove a liberdade de expressão, o acesso a informação, à educação e à cultura

- Hoje a internet é campo para a manifestação do pensamento, terreno fértil para a difusão de ideias, troca de conhecimento. Se os intermediários passam a ser responsáveis por esse conteúdo gerado, a iniciativa privada poderá restringir ou desativar ferramentas que permitam essa forma de atividade.
- Entraríamos em campo perigoso – risco o próprio potencial da internet.

Projeto de Lei 2126/2011

Por que responsabilizar o provedor somente após descumprimento de decisão judicial?

(4) Incentivo a inovação e a novos modelos de negócio:

- Ausência de salvaguarda aumenta os custos para os empreendedores, pequenas empresas e desenvolvimentos de novos negócios
- Ao definir regras claras, é possível mensurar o risco da atividade e com isso permitir o desenvolvimento de novos modelos de negócio.
- Ausência de normas – gerou decisões onde blogueiros foram condenados por conteúdo postando em seus blogs, obrigando-os a fechar suas páginas e assustando novos blogueiros e reprimindo novas iniciativas.



O MercadoLivre

A franca expansão da internet

Inexistência de Legislação

Projeto de Lei 2126/2011

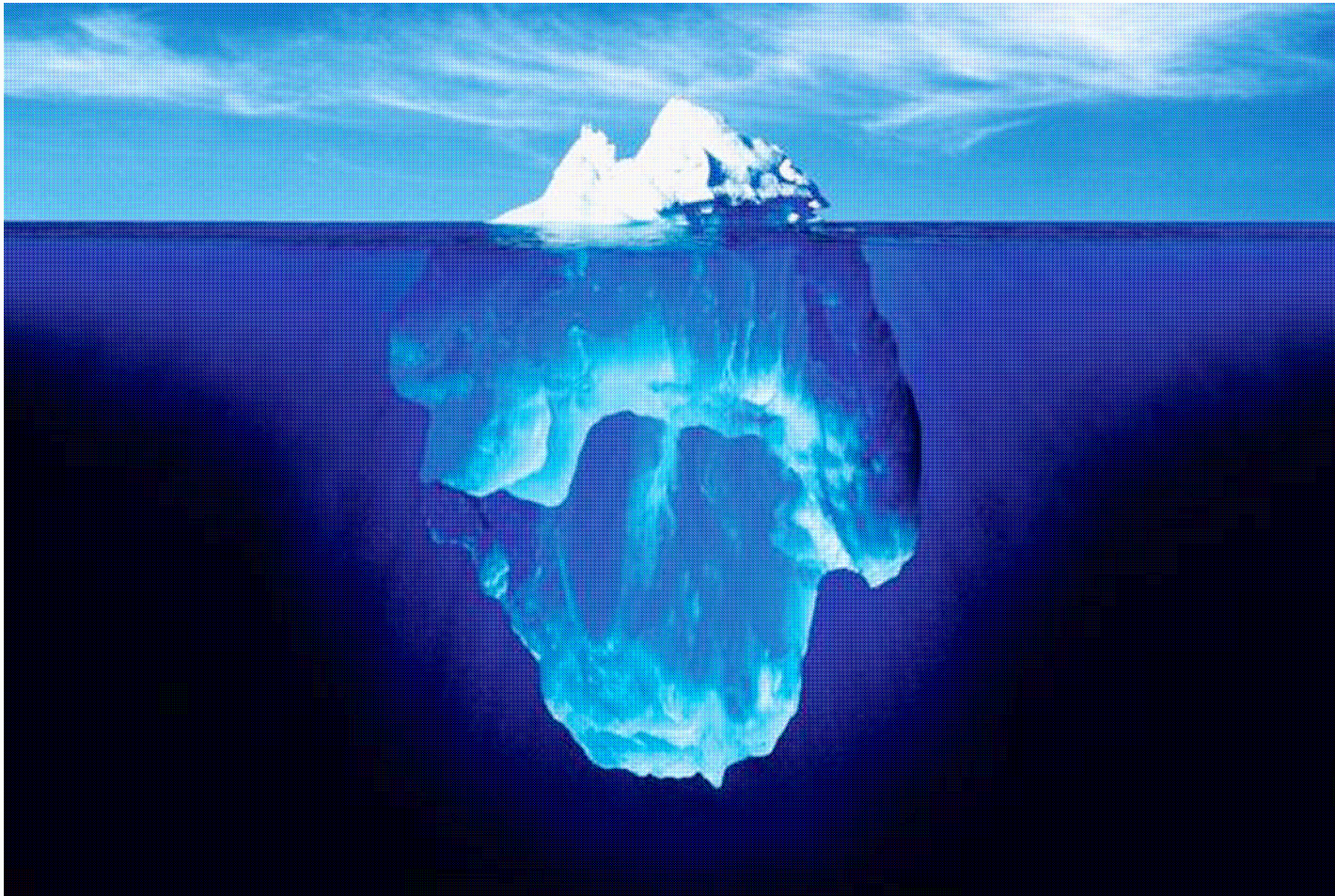
Considerações Finais

Considerações Finais



- Garantia de princípios Constitucionais como o devido processo legal e o contraditório;
- Privilegiada a privacidade do usuário já que suas atividades não devem ser integralmente monitoradas;
- Segurança jurídica para o Judiciário na interpretação das leis e tomada das decisões;
- Segurança jurídica para a sociedade pela definição clara da responsabilidades civil;
- Privilegia o desenvolvimento econômico do país : projeto vem dirimir dúvidas que afetam o desenvolvimento da internet como ferramenta de inclusão social, geração de emprego e fomento à inovação.

Considerações Finais



Obrigado



Laura Fragomeni
laura.fragomeni@mercadolivre.com